EXAME NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO

12.º Ano de Escolaridade (Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto)
Cursos de Carácter Geral — Agrupamentos 3 e 4

Duração da prova: 90min + 30min de tolerância **1.ª FASE**
1997 **1.ª CHAMADA**

PROVA ESCRITA DE INTRODUÇÃO AO DIREITO

Antes de responder, leia atentamente as questões.
Tenha em atenção a correcção da linguagem nas suas respostas.

I

"Embora o Direito tenha conhecido sempre um profundo processo de evolução e de clarificação através da sua aplicação pelos juízes, a jurisprudência, no entanto, não pode ser incluída entre as fontes de direito, porque, (...) a magistratura apenas tem a função de interpretar a lei e de a aplicar para a solução dos conflitos, sendo a sua criação da exclusiva competência do poder legislativo."

Alessandro GROPALLI, *Introdução ao Estudo do Direito*, colecção Coimbra Editora, Coimbra

1. Os juízes aplicam normas jurídicas.
Indique as características das normas jurídicas.

2. **Refira** a finalidade da interpretação da lei.

3. "... sendo a sua criação da exclusiva competência do poder legislativo."
Indique, de acordo com a Constituição da República Portuguesa, quais os órgãos de soberania com competência legislativa.

4. A jurisprudência é uma fonte mediata de direito.
Distinga fontes mediatas de fontes imediatas de direito.

II

Art.º 502.º do Código Civil

Quem no seu próprio interesse utilizar quaisquer animais responde pelos danos que eles causarem, desde que os danos resultem do perigo especial que envolve a sua utilização.

António costumava deslocar-se a uma quinta para comprar leite. Para guardar o gado, Manuel e Clara possuíam um cão pastor alemão.

Num determinado dia o animal, que não estava açaimado nem suficientemente preso, mordeu António. Em consequência, este foi para o hospital onde foi submetido a uma intervenção cirúrgica. Além disso, António ficou com a perna esquerda afectada e teve prejuízos com as deslocações, os tratamentos e os medicamentos.

Por tudo isto, António processou Manuel e Clara, pedindo uma indemnização por danos patrimoniais e morais.

1. António, para processar Manuel e Clara, tem de ter capacidade jurídica.
   Distinga capacidade de gozo de capacidade de exercício de direitos.

2. **Explicite** se, face à disposição do Código Civil, António tem direito à indemnização requerida ao tribunal.

3. A situação vivida pelo António envolve um problema de responsabilidade civil extracontratual.
   Distinga responsabilidade civil extracontratual de responsabilidade civil contratual.

III

Em Dezembro de 1996 uma estação de televisão portuguesa pagou, pela primeira vez, uma coima de mil contos por se ter recusado a divulgar uma recomendação da Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS).

Ao contrário do que tem sido habitual, a estação televisiva em causa não impugnou, junto do tribunal, o processo da AACS e decidiu pagar a coima. Esta referia-se a uma recomendação da AACS relativa a uma queixa apresentada, referente a uma reportagem da estação televisiva que não cumpria os padrões de rigor e de isenção de informação, e era susceptível de afectar a integridade moral do queixoso.

1. A lei, ao consagrar os direitos fundamentais, visa também a realização dos valores fundamentais do Direito.
   Indique os valores fundamentais do Direito.

2. A coima é a sanção aplicável ao ilícito de mera ordenação social.
Distinga ilícito de mera ordenação social de ilícito criminal.

3. Uma reportagem susceptível de afectar a integridade moral do queixoso vai contra um direito fundamental previsto no artigo 26.º da Constituição da República Portuguesa: "o direito ao bom nome e reputação, à imagem ...".
Explicite se o direito ao bom nome e reputação constitui, em Portugal, Direito Positivo ou Direito Natural.

IV

Este grupo inclui, apenas, **uma questão de desenvolvimento**, que é constituída por **dois temas em alternativa**.
Deverá responder **APENAS A UM DELES**.
Face à sua escolha, deverá estruturar a resposta de forma coerente, com as ideias logicamente organizadas, utilizando linguagem científica apropriada. Será, também, avaliado nesta competência.

TEMA A

"A educação e o entretenimento poderão ser os dois sectores mais "quentes" em termos de novos negócios e o espírito empresarial poderá ser cada vez mais premiado. No outro lado do ciberespaço espreitará sempre o crime, e a geografia dos conflitos poderá vir a listar mais um, de novo tipo, a guerra em torno da pirataria intelectual. Novas fracturas sociais podem emergir, que pouco terão a ver com as dos últimos cem anos."

in *Expresso*, 17-2-96

Analise o texto, **relacionando** os seguintes pontos:

. O Direito e a mudança social;

. A possibilidade do aparecimento de novas lacunas da lei.

TEMA B

O Tribunal Constitucional, no seu acordão 359/91, declarou inconstitucional um assento do Supremo Tribunal de Justiça, por consagrar uma diferença entre filhos, em consequência dos pais serem ou não casados. A matéria referia-se, apenas, à possibilidade do arrendamento ser atribuído a qualquer dos progenitores, no caso de separação ou divórcio. Esta decisão estaria contra o disposto no n.º 4 do artigo 36.º da Constituição da República Portuguesa que dispõe: "Os filhos nascidos fora do casamento não podem ser, por esse motivo, objecto de qualquer discriminação e a lei ou as repartições oficiais não podem usar designações discriminatórias relativas à filiação."

Francisco Teixeira da MOTA, *A adaptação de filho... De Facto; Escrever Direito*, Contexto, Lisboa

Analise o texto **relacionando** os seguintes pontos:

. Tipos de inconstitucionalidade;

. Fiscalização concreta e abstracta da constitucionalidade e da legalidade.

FIM

V.S.F.F.

COTAÇÕES

I

1. ..... 10 pontos
2. ..... 15 pontos
3. ..... 15 pontos
4. ..... 20 pontos

Subtotal..... 60 pontos

II

1. ..... 15 pontos
2. ..... 20 pontos
3. ..... 20 pontos

Subtotal..... 55 pontos

III

1. ..... 15 pontos
2. ..... 20 pontos
3. ..... 25 pontos

Subtotal..... 60 pontos

IV

..... 25 pontos

25 pontos

TOTAL..... 200 pontos